



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO JOSEILDO RAMOS – PT/BA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CLP

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Do Sr. JOSEILDO RAMOS)

Requer a realização de Seminário com mesas de debates, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, sobre a Lei nº LEI Nº 14.898, DE 13 DE JUNHO DE 2024 que institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminário com mesas de debates sobre Lei nº LEI Nº 14.898, DE 13 DE JUNHO DE 2024 que institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional. Com os painéis e convidados abaixo relacionados:

Painel 1

A garantia do acesso aos serviços de saneamento à luz dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento

- André Quintão Silva – Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS;
- Cristina Seixas Graça – Diretora de Relações Internacionais da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA);
- Leonardo Carneiro Monteiro Picciani - Secretário Nacional de Saneamento do MCidades;
- Marcos Helano Fernandes Montenegro – Coordenador de Comunicação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS;
- Ary José Vanazzi – Presidente da Associação Brasileira de Municípios – ABM.



Painel 2

A importância da mobilização social e das defensorias públicas na aplicação da Lei 14.898/2024

- Ana Lúcia Soares – Secretária Executiva do Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS (FNTSUAS);
- Caroline Rodrigues da Silva – Secretária Executiva da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde;
- Getúlio Vargas Júnior – Presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM);
- Edson Aparecido da Silva – Assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU;
- Rivana Barreto Ricarte – Presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP).

Painel 3

O papel dos prestadores e reguladores na aplicação da Lei 14.898/2024

- Cassio Cossenno – Integrante da Câmara Técnica de Saneamento da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR);
- Christianne Dias Ferreira – Diretoria Executiva da ABCON-SINDCON (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto);
- Neuri Freitas – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento – AESBE;
- Rodopiano Marques Evangelista – Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae);
- Veronica Sánchez da Cruz Rios – Diretora Presidente da Agência Nacional da Água e Saneamento – ANA.

Painel 4

Aspectos a serem considerados na regulamentação da Lei 14.898/2024

- Jader Fontenelle Barbalho Filho – Presidente do Conselho Nacional das Cidades (Concidades);
- Paulo Roberto Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM).
- Camila Figueiredo Bomfim Lopes - Superintendente de Gestão Tarifária e Regulação Econômica da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Edgilson Tavares – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – (CNAS);
- Igor Rodrigues Britto – Diretor Executivo do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC);



JUSTIFICAÇÃO

A proposta de realização de seminários se enquadra na necessidade de envolvimento de maior número de agentes públicos e privados envolvidos no tema constante da referida lei.

Ganha relevância o debate aqui proposto, quando observamos que mais de 29 milhões de famílias, número que corresponde a mais de um terço da população brasileira, têm direito à tarifa social de água e esgoto. Conforme estabelece a Lei nº14. 898, sancionada no último dia 13 de junho de 2024, e que institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

A garantia do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário independente da capacidade de pagamento e dos locais e condições de moradia, é crucial para a realização dos direitos humanos. O valor das tarifas não pode comprometer a realização de outros direitos humanos, tais como à alimentação, habitação, saúde ou educação.

A Lei nº14. 898 estabelece que a tarifa social de água e esgoto não poderá ser maior que 50% da tarifa residencial comum. Têm direito à tarifa social de água e esgoto os usuários com renda per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo que pertencem a família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); ou que receba Benefício de Prestação Continuada (BPC) e garante que para cálculo da renda per capita do grupo familiar não serão incluídos os valores recebidos do BPC, do Programa Bolsa Família e de qualquer outro benefício que venha a substituí-los.

Não resta dúvida que o Congresso Nacional, ao aprovar a Lei em epígrafe entendeu a importância de se garantir o acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário à parcela da população que vive em processo de vulnerabilidade.

Para garantir efetividade da aplicação da Lei, há necessidade de regulamentação que reparta competências e garanta informação, avaliação e controle social na aplicação na sua aplicação.

A articulação entre os ministérios que deverão se envolver na regulamentação, como Cidades; Direitos Humanos, Desenvolvimento e Assistência Social,



Família e Combate à Fome; entre outros, e o Conselho Nacional de Assistência Social, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, do Conselho Nacional das Cidades e movimentos sociais, populares e sindicais, tanto na construção conjunta da regulamentação como no processo de apropriação do conteúdo da lei pode ser crucial como forma de garantir sua aplicação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado JOSEILDO RAMOS

Apresentação: 05/11/2024 18:53:34.560 - CLP

REQ n.179/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242693264300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos

